

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 535.713 - SC (2019/0288694-2)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RONALDO FRANCISCO - SC036396
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : ALEXANDRE ALVES VIEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **ALEXANDRE ALVES VIEIRA** contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Consta dos autos que o Juízo da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Criciúma - SC proferiu decisão na qual reconheceu ao apenado a prática de falta grave, e homologou o procedimento administrativo disciplinar, determinando a perda de 1/3 (um terço) dos dias remidos, e a alteração da data-base para novos benefícios, a partir da data do fato.

Inconformada, a defesa interpôs agravo em execução perante o Tribunal *a quo*, que lhe negou provimento, por maioria (e-STJ, fls. 61-81).

Os embargos infringentes foram desprovidos, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 114):

"EMBARGOS INFRINGENTES EM AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL. DECLARADA A PERDA DE 1/3 DOS DIAS REMIDOS EM RAZÃO DE FALTA GRAVE PRATICADA PELO REEDUCANDO. DIVERGÊNCIA QUANTO À IDONEIDADE DA FUNDAMENTAÇÃO EXPOSTA NA DECISÃO.

ADUZIDA A GENERALIZADA DOS FUNDAMENTOS LANÇADOS. AVALIAÇÃO INSUFICIENTE DOS PARÂMETROS PREVISTOS NO ART. 57 DA LEP.

REQUERIDA A ANULAÇÃO PARCIAL DO *DECISUM* POR CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. TESE NÃO ACOLHIDA.

MAGISTRADA QUE JUSTIFICOU A PERDA DOS DIAS REMIDOS EM 1/3 COM BASE NA PRÁTICA DE CRIME DOLOSO E NA GRAVIDADE CONCRETA DA FALTA COMETIDA. EMBARGANTE QUE PRATICOU TENTATIVA DE HOMICÍDIO CONTRA OUTRO DETENTO ENQUANTO ESTAVA PRESO. PARÂMETROS PREVISTOS NO ART. 57 DA LEP QUE CONFIGURAM MEROS BALIZADORES PARA AUXILIAR O MAGISTRADO NA FIXAÇÃO DA FRAÇÃO ADEQUADA PARA A REPREENSÃO DA CONDUTA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PRECEDENTES DESTES EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. VOTO VENCEDOR MANTIDO.

RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO."

Superior Tribunal de Justiça

Neste *writ*, a impetrante aponta constrangimento ilegal imposto ao apenado, ao argumento de que a perda de 1/3 (um terço) dos dias remidos foi determinada sem a devida fundamentação, incorrendo em violação dos arts. 127 e 57 da LEP.

Requer a concessão da ordem, "para anular a sanção de perda dos dias remidos no patamar de 1/3" (e-STJ, fl. 11).

Liminar indeferida à fl. 135 (e-STJ).

Informações prestadas às fls. 139-149 e 150-219 (e-STJ).

O Ministério Público Federal opina pelo não conhecimento do *habeas corpus* (e-STJ, fls. 224-228).

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

No caso, não se identifica o manifesto constrangimento alegado pela defesa apto a justificar a concessão da ordem, de ofício.

O Tribunal de origem, ao negar provimento aos embargos infringentes, assim consignou em relação à fração de perda dos dias remidos (e-STJ, fls. 119-120, grifou-se):

"In casu, extrai-se da decisão do Juízo *a quo* que o embargante cometeu falta grave dentro do presídio ao praticar tentativa de homicídio contra outro detento (fls. 647-648 dos autos n. 0000101-05.2015.8.24.0087):

No caso, a comunicação interna n. 1244/18 revela que, no dia 9/9/2018, por volta de 9h15min, o agente penitenciário Eduardo Marin Londero ouviu gritos oriundos do pátio da Penitenciária Sul, e, ao dirigir-se para lá, deparou-se com os apenados LUAN LAMARCA DE LIMA, FELIPE ALMEIDA DA SILVA, ALEXANDRE ALVES VIEIRA, RODRIGO MÁXIMO, SÍLVIO SILVINO VIEIRA JÚNIOR e CÁSSIO RODRIGO LUIZ **empreendendo tentativa de homicídio contra o colega de cárcere Fábio Pereira Stahler, mediante enforcamento com uma corda**. Assim sendo, ordenou que cessassem a conduta, no que foi prontamente atendido.

No boletim de ocorrência n. 5578 de 2018, unidade 473 (CPP de Criciúma), o servidor confirmou os fatos, acrescentando que deram-se durante o banho de sol daquele dia, ocasião em que ouviu os gritos da vítima clamando por socorro. Quem tentava executar diretamente o enforcamento por meio de corda era o recluso LUAN LAMARCA DE LIMA, que era auxiliado material e diretamente pelos outros cinco presos citados. Após a ordem de parada, percebeu que LUAN passou perto da vítima e lhe disse algo em tom inaudível.

Ademais, durante a ação os outros presos da galeria criaram barulho exorbitante com gritos e arremessando bolas na parede, a fim de evitar que os agentes penitenciários flagrassem o ato. Por fim, salientou que a ação resta ilustrada em imagens capturadas pelas câmeras do local.

Ao analisar a situação descrita acima e orientar-se pelos artigos

dispostos anteriormente (arts. 57 e 127 da LEP), a **Magistrada a quo justificou os motivos que ensejaram a perda de 1/3 dos dias remidos** (fl. 653 dos autos n. 0000101-05.2015.8.24.0087):

Com efeito, com a edição da Lei n. 12.433/2011, o art. 127 da LEP passou a vigorar com a seguinte redação: 'Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art. 57, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar'.

Assim, da leitura do supra citado artigo, podemos extrair que deverá haver fundamentação para declaração da perda dos dias remidos, observando-se para tanto, o que estabelece que o art. 57, da LEP: 'Na aplicação das sanções disciplinares, levar-se-ão em conta a natureza, os motivos, as circunstâncias e as consequências do fato, bem como a pessoa do faltoso e seu tempo de prisão.' Neste passo, como todas as condutas descritas no art. 50 da Lei de Execução Penal são consideradas faltas graves, não há como determinar-se qual delas é a mais ou menos crítica e a partir daí estabelecer um redutor.

Assim, como não há parâmetros objetivos para aplicação do quantum redutor, valho-me do art. 52 da LEP que determina o Regime Disciplinar Diferenciado para os apenados que pratiquem crime doloso ou quando os fatos praticados caracterizem a subversão da ordem ou disciplina internas, fazendo crer que os apenados que sofram a regressão de regime pela prática de nova infração penal dolosa ou que participem, incitem ou induzam movimentos de subversão à ordem e disciplina internas sejam os mais graves dentre aquelas elencadas no art. 50 da LEP.

Desta forma, **devido à gravidade da falta grave cometida pelo reeducando, deve-se revogar a fração de 1/3 (um terço) dos dias remidos** e anteriores à data da infração disciplinar praticada, recomeçando a contagem das respectivas remições a partir da data da falta.

Assim, ainda que sucinta, houve fundamentação a respeito da perda dos dias remidos em seu patamar máximo. Está claramente justificado que a fixação da fração em 1/3 deu-se em razão da prática do crime doloso e da gravidade da conduta, isto é, a tentativa de homicídio.

[...]"

Acerca do tema, convém anotar que a jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que a perda de até 1/3 dos dias remidos, em razão da prática de falta grave, exige fundamentação concreta, consoante determina a própria legislação de regência, segundo a qual devem ser observadas as diretrizes elencadas no art. 57 da LEP (a saber: "a natureza, os motivos, as circunstâncias e as consequências do fato, bem como a pessoa do faltoso e seu tempo de prisão").

A propósito:

"1. É pacífica a jurisprudência do STF e deste STJ de que o cometimento de falta grave durante a execução da pena poderá ensejar a perda dos dias remidos pelo trabalho, nos termos do art. 127 da Lei de Execução Penal. A partir da Lei 12.433, de 29/6/2011, que

Superior Tribunal de Justiça

alterou a redação do art. 127 da Lei de Execução Penal, a revogação dos dias remidos ficou limitada à fração máxima de 1/3 (um terço).

2. Nos termos da orientação desta Corte, a escolha da fração de perda dos dias remidos em razão da prática de falta grave deve ser fundamentada pelo Magistrado, consoante disposição expressa do art. 57 da Lei de Execuções Penais.

[...]."

(AgRg no AREsp 674.125/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 23/6/2015, DJe 29/6/2015).

"- O art. 127 da Lei n. 7.210/84, com a nova redação dada pela Lei n. 12.433/11, concede ao juízo da execução a discricionariedade para determinar o patamar de perda do tempo remido, observados os parâmetros do art. 57 da LEP (a natureza, os motivos, as circunstâncias e as consequências do fato, bem como a pessoa do faltoso e seu tempo de prisão).

- Na hipótese dos autos, o juízo da execução declarou a perda de 1/3 do tempo remido, mas não apresentou fundamentação, com base nos parâmetros do art. 57 da LEP, que justifique a escolha desse patamar, o que configura patente ilegalidade. Precedentes: HC n. 282.265/RS, Rel. Min. ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 2/5/2014; HC n. 299.308/RS, Rel. Min. NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 3/10/2014."

(HC 312.977/RS, Rel. Ministro ERICSON MARANHO, DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP, SEXTA TURMA, julgado em 18/6/2015, DJe 30/6/2015).

Na hipótese dos autos, consoante se afere do acórdão impugnado, ante a natureza da falta disciplinar – cuja conduta também se qualifica como crime, no caso, tentativa de homicídio – há de ser decretada a perda de 1/3 dos dias anteriormente remidos, considerando-se, ainda, a gravidade concreta do fato.

Assim, a perda de 1/3 dos dias remidos se deu de forma fundamentada. Portanto, não há qualquer ilegalidade imposta ao paciente apta a autorizar a concessão da ordem de ofício.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator